

# Estudo Técnico Preliminar 6/2022

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 11128.720346/2022-21

## 2. Introdução

A Instrução Normativa 40, de 22 de maio de 2020, dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

O escopo deste Estudo Técnico Preliminar é descrever a necessidade da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos com relação à contratação de serviços continuados de garageamento de embarcações pertencentes ou sob responsabilidade da Receita Federal do Brasil.

## 3. Descrição da necessidade

A missão da Receita Federal do Brasil (RFB) é “administrar o sistema tributário e aduaneiro, contribuindo para o bem-estar econômico e social do país.” No intuito de cumpri-la, conta com os servidores da “Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil”, que, na forma da legislação vigente, exercem as atividades que lhes competem.

Dentre os Processos de Trabalho executados pela RFB estão a fiscalização e o combate aos ilícitos tributários e aduaneiros, que abrange, por sua vez, outros processos importantes, como, por exemplo, a realização de ações de vigilância e repressão. Tais ações estão relacionadas às operações de repressão ao contrabando e descaminho (realizadas tão somente pela RF ou em parceria com outros órgãos), à pesquisa e seleção de alvos e, ainda, ao monitoramento dos Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, das zonas de vigilância aduaneira e das zonas primárias.

Para garantir a operacionalização integral dessas atividades finalísticas da Administração de forma contínua, eficiente e confiável, faz-se necessário disponibilizar recursos imprescindíveis ao seu pleno funcionamento. Dentre os recursos utilizados pela ALF/STS no desempenho da atividade de vigilância e repressão aduaneira, estão 2 (duas) lanchas Shaefer Phanton e 1 (um) bote de apoio, os quais, operando na área de jurisdição desta Alfândega, proporcionam maior mobilidade e agilidade aos agentes públicos responsáveis pela vigilância das embarcações mercantes que operam no Porto de Santos.

Esses barcos, fora do período de navegação, necessitam de um local adequado e seguro para ancorarem, pois são bens de altíssimo valor patrimonial. Nesse sentido,

de acordo com o Documento de Formalização da Demanda, encaminhado pela Equipe de Operações Especiais Marítimas (EQPEM) desta Alfândega, a contratação de empresa que presta serviços de garageamento de embarcação se torna, portanto, indispensável para a Alfândega do Porto de Santos.

Desse modo, o objeto da contratação pretendida consiste em: serviços continuados de garageamento de embarcações pertencentes ou sob responsabilidade da Receita Federal, sendo as vagas disponibilizadas de maneira que as embarcações possam ficar constantemente na água e com possibilidade de garageamento e de manutenção em terra, inclusive com tecnologia Travel lift.

#### 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
EQUIPE DE OPERAÇÕES ESPECIAIS E MARÍTIMAS	Alysson Ribeiro Lopes

#### 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos necessários à escolha da solução são os seguintes:

1. As vagas deverão ser disponibilizadas de maneira que as embarcações de patrulha – duas lanchas de 48 pés cada – possam ficar constantemente na água. As demais embarcações (uma lancha de 45 pés, e as que porventura sejam apreendidas pela RFB) poderão ficar garageadas em terra.
2. As embarcações de patrulha poderão ser garageadas em terra, para manutenção;
3. A contratada deverá retirar e colocar em água, através da tecnologia Travel lift, todas as embarcações garageadas, quantas vezes forem necessárias, com fornecimento de suporte para colocação em terra (caso a embarcação não possua carreta própria), responsabilizando-se por danos causados às embarcações quando da movimentação das embarcações;
4. A contratada deverá responder por quaisquer danos causados às embarcações quando estejam estas sob sua guarda e nas dependências da marina, bem como garantir que as embarcações fiquem disponíveis e acessíveis sempre que assim lhe solicite a Contratante, em qualquer dia ou horário desde que estejam em água ou tenha sido solicitada com antecedência a colocação em água;
5. A contratada deverá permitir a entrada dos funcionários da Contratante, devidamente identificados, obedecidas às normas internas de conduta da Marina e da Capitania dos Portos, em qualquer dia ou horário;
6. A Contratada deverá permitir a entrada e permanência dos funcionários da empresa que presta o serviço de manutenção das embarcações, devidamente identificados, obedecidas as normas internas de conduta da Marina e da Capitania dos Portos, em qualquer dia ou horário;

7. O local da prestação dos serviços deverá estar a uma distância máxima de 15 Km da Alfândega do Porto de Santos, nas cidades de Santos ou Guarujá, estado de São Paulo, onde seja possível o fácil e rápido deslocamento dos servidores desta Alfândega e que tenha acesso ao Canal do Estuário de Santos;
8. Deverão ser oferecidas 2 (duas) vagas de estacionamento para viaturas oficiais;
9. O acesso por água não pode possuir obstáculos, ou condição de maré, que impeçam a passagem das embarcações a qualquer hora do dia ou da noite;
10. A Contratada deverá possuir píer flutuante que permita o rápido e seguro embarque e desembarque de pessoas e/ou equipamentos;
11. A Contratada deverá fornecer os equipamentos necessários para a execução dos serviços especificados neste Estudo e no Termo de Referência, além de quaisquer outros equipamentos não relacionados caso eles sejam previstos em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho de seus funcionários, conforme o caso;
12. A Contratada deverá apresentar o Certificado de Cadastramento de Marinas, Clubes e Entidades Desportivas Náuticas, previsto no item 0602 das NORMAM - 03/DPC (1ª Revisão) - Normas da Autoridade Marítima para Amadores, Embarcações de Esporte e/ou Recreio e para Cadastramento e Funcionamento das Marinas, Clubes e Entidades Desportivas Náuticas - aprovadas pela Portaria Nº 120/DPC de 27 de março de 2019;
13. O prazo de vigência da contratação será de 12 meses.

## 6. Levantamento de Mercado

Foram realizadas consultas ao Painel de Preços (<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>) para verificar a existência de contratações similares por parte de outros órgãos da Administração Pública, ou mesmo de outras unidades da RFB.

Para filtrar os dados, foram pesquisados os seguintes códigos do Catálogo de Serviços – CATSER (tais códigos são os que mais se aproximam e se adequam ao objeto que será licitado):

17213 – Administração Portuária / Embarcação

25429 – Locação vaga estacionamento, atracadouro

Pesquisando-se o item 17213, a princípio não se encontrou nenhum resultado. Assim, foi acrescentado o filtro “ano da compra”, selecionando-se os anos de 2021 e 2022, além da descrição do item (Administração Portuária / Embarcação). Foram encontrados apenas 2 processos de compra. Prosseguindo-se com a análise, foram apresentados os 8 itens de compra dos respectivos processos: 1) Compra 003/2021, cujo objeto é “Pregão Eletrônico – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços náuticos, de forma contínua, para atender as demandas da Reserva Extrativista de Canavieiras”; e 2) Compra 001/2021, cujo objeto é “Pregão Eletrônico – Registro de Preços para contratação de serviços não continuados de manutenção de embarcações, geradores e motores, para atender as necessidades do Centro de

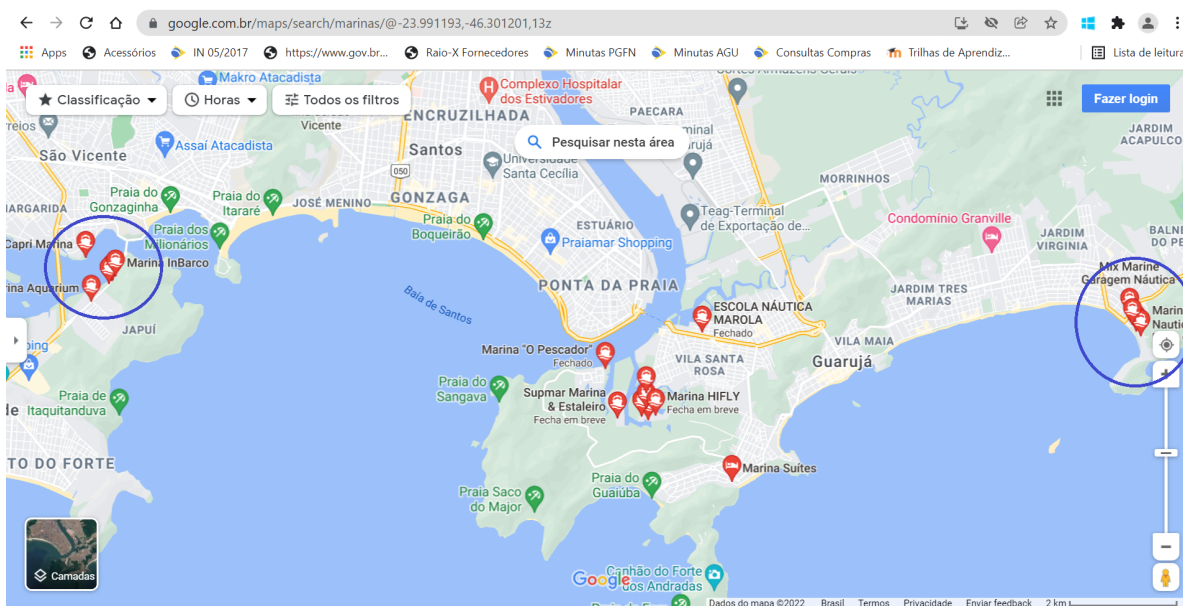
Embarcações do Comando Militar da Amazônia”. Pode-se perceber que, no caso deste processo de compra 001/2021, o objeto não é similar ao que se pretende contratar. No caso do processo de compra 003/2021, foi analisado o TR da contratação e, embora o objeto seja “aluguel de vaga a seco”, para lanchas, observou-se que o detalhamento deste objeto é diferente do que se pretende contratar (características e tamanho das embarcações, quantidade de descidas e subidas, local de disponibilização das vagas, entre outros). A pesquisa foi realizada no dia 17/02/2022, e os resultados obtidos estão detalhados no Documento “Pesquisa Painel de Preços – Cód. CTSER 17213”, anexado aos autos. Também consta dos autos do processo o TR do Pregão Eletrônico 003/2021 (Processo Administrativo n.º 02125.000675/2020-20).

Para o item 25429 foi adotada a mesma metodologia, de acrescentar a descrição do item (Locação Vaga Estacionamento / Atracadouro) e o ano da compra (2021 e 2022). O resultado apontou a realização de 19 processos de compra. Avançando-se com a análise, foram apresentados os 20 itens de compra dos respectivos processos: a partir da leitura das descrições dos objetos das compras, apresentadas no relatório detalhado, pode-se verificar que a maior parte dos processos teve como objeto a locação de vagas em estacionamento para veículos terrestres. Apenas os resultados de números 13 e 17 apresentaram objeto relacionado à veículo marítimo / embarcação, sendo que: a) o Resultado 13 consiste em um Pregão Eletrônico (Registro de Preços) para aquisição de Pier/Atracadouro, Tanque-Rede, Aerador e Bolsão/Berçario (para atracação de embarcações, embarque e desembarque de pessoas e pescados, suporte à aquicultura, entre outras finalidades), ou seja, a leitura mais aprofundada do objeto demonstra que este não se relaciona com o objeto pretendido por esta ALF /STS; e b) o Resultado 17 consiste em “fornecimento do serviço de acostagem (atracação) e fornecimento de energia elétrica na cidade de Rio Grande, a fim de atender as necessidades das embarcações da FURG”, objeto similar ao pretendido, entretanto, foi contratado por meio de dispensa de licitação, e não se tem maiores informações sobre a contratação (sabe-se apenas que foi fundamentada no artigo 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93). A pesquisa foi realizada no dia 17/02/2022, e os resultados obtidos estão detalhados no Documento “Pesquisa Painel de Preços – Cód. CTSER 25429”, anexado aos autos.

Realizou-se, ainda, um levantamento das marinas da região, o qual segue abaixo:

- MARINA ASTURIAS
- IATE CLUBE DE SANTOS
- SUPMAR MARINA E ESTALEIRO
- PIER 26 BOAT YARD GARAGEM NÁUTICA
- MARINA DO CLUBE INTERNACIONAL DE REGATAS
- MARINA HIFLY
- MARINA O PESCADOR
- NÁUTICA SANGAVA
- BOREAL NÁUTICA
- MARINA SUNSHINE

- MCP YACHTS
- GARAGEM NÁUTICA ENSEADA
- GARAGEM NÁUTICA VINDUMAR
- MARINAS NACIONAIS
- MARINA PORTO DO SOL
- NÁUTICA CORTAMAR
- NÁUTICA TUNE
- GARAGEM NÁUTICA TUNE II
- GARAGEM NÁUTICA HITIÔ
- MARINA TOTEM
- MARINA NÁUTICA DA ILHA



Observa-se, entretanto, que grande parte delas não atende aos requisitos da licitação por estarem em locais de difícil acesso às embarcações da Alfândega (os locais foram destacados em azul no mapa).

## 7. Descrição da solução como um todo

A solução proposta é a contratação de serviços continuados de estacionamento de embarcações pertencentes ou sob responsabilidade da Receita Federal, sendo as vagas disponibilizadas de maneira que as embarcações possam ficar constantemente na água e com possibilidade de estacionamento e de manutenção em terra, inclusive com tecnologia Travel Lift.

A Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos possui atualmente duas lanchas de 48 pés, e uma de 45 pés, perfazendo um total de 141 pés. Tendo em vista a possibilidade de apreensão de novas embarcações, que precisam ficar sob custódia, o valor estimado total de pés será de 250 (duzentos e cinquenta).

Ressalta-se que os pagamentos serão realizados tendo em vista a quantidade efetiva de pés estacionados por mês:

Valor (mensal) a ser pago = Valor mensal do pé X quantidade de pés garageados

**O objeto foi formado em um só item** pelo fato de que o valor do garageamento por pé é único, independentemente do tipo de embarcação.

A respeito do regime de execução, foi adotada a **Empreitada por Preço Unitário**. Tal regime destina-se aos serviços que devam ser realizados em quantidade e podem ser mensurados por unidades de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas. Portanto, é especialmente aplicável aos contratos que podem ser divididos em unidades autônomas independentes que compõem o objeto integral pretendido pela Administração. Ou seja, diante da fórmula para mensuração do valor a ser pago pelo serviço, descrita acima, constatou-se que este é o regime de execução adequado.

No tocante à exigência da “tecnologia travel lift”, esta consiste em um gênero de guindastes especializados para levantar barcos da água e transportá-los em torno de docas ou marinas. Tal indicação se faz necessária para que as operações com embarcações sejam realizadas de forma segura e ágil.

Ressalta-se que, caso não fosse exigida essa tecnologia, a alternativa existente no mercado seria o uso de guincho com carreta de encalhe, que se mostra muito arcaica e ineficiente. Além disso, acredita-se que todas as marinas da região que comportam embarcações do tamanho das que estão em posse desta Alfândega dispõem de travel lift.

O serviço a ser contratado caracteriza-se como “**serviço comum**”, uma vez que, nos termos do parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 10.520/2002, seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo Edital deste certame, por meio de especificações usuais no mercado. Dessa forma, a modalidade de licitação será o pregão.

O local da prestação dos serviços deverá estar a uma distância máxima de 15 Km da Alfândega do Porto de Santos, nas cidades de Santos ou Guarujá, estado de São Paulo, onde seja possível o fácil e rápido deslocamento dos servidores desta Alfândega e que tenha acesso ao Canal do Estuário de Santos;

Isso se justifica pelo fato de que as vias atualmente existentes não permitem às embarcações operadas o acesso ao Município de São Vicente (para acessar o município de São Vicente, as embarcações necessitam passar por debaixo da Ponte Pênsil, entretanto, as lanchas da RFB não conseguem passar, especialmente quando a maré está alta). Eventual prestação do serviço de garageamento das embarcações em locais mais distantes tornaria inviável a operação e uso destes barcos, pois se gastaria muito combustível nesse deslocamento, tronando o custo muito elevado, sem contar o dispêndio de tempo da equipe, que precisa estar de prontidão caso haja algum evento (denúncia, por exemplo) ou outras intercorrências.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos possui atualmente 03 embarcações – duas lanchas de 48 pés, e uma de 45 pés – perfazendo um total de 141 pés. Tendo em vista a possibilidade de apreensão de novas embarcações, que precisam ficar sob custódia, o valor estimado total de pés será de 250 (duzentos e cinquenta).

Ressalta-se que essa quantidade é estimada e está sujeita às variações decorrentes das operações marítimas (apreensão de novas embarcações) efetuadas pela ALF/STS.

Desse modo, o preço mensal devido será calculado obedecendo-se à seguinte fórmula:

$$\text{PREÇO MENSAL DEVIDO} = \text{Nº MENSAL DE PÉS EFETIVAMENTE GARAGEADOS} \times \text{VALOR MENSAL UNITÁRIO DO PÉ}$$

Ressalta-se que as embarcações pertencentes ou sob responsabilidade da Receita Federal respeitarão o limite de 50 pés, 1.8 m de calado, boca máxima de 4,8 m e peso máximo de 30T.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 359.760,00

Apenas 3 (três) empresas forneceram orçamentos: Marina Astúrias, Pier 26 Garagem Náutica e Supmar Marina e Estaleiro. Os documentos comprobatórios encontram-se anexos aos autos, e a série de preços coletados encontra-se na tabela abaixo:

<b>Descrição do Item:</b> Valor fixo total, por pé, para a prestação de serviços continuados de estacionamento de embarcações pertencentes ou sob responsabilidade da Receita Federal, sendo as vagas disponibilizadas de maneira que as embarcações de patrulha – duas lanchas de 48 pés cada – possam ficar constantemente na água. As demais embarcações (uma lancha de 45 pés, e as que porventura sejam apreendidas pela RFB) poderão ficar estacionadas em terra. .			
Quantidade estimada total de pés: 250 (duzentos e cinquenta)			
	Valor Estimado Mensal Por Pé	Valor Estimado Mensal Total (Valor por Pé x 250)	Valor Estimado Total para 12 meses [(Valor por Pé x 250) x12]
Marina Astúrias*	R\$ 119,92	R\$ 29.980,00	R\$ 359.760,00
Pier 26	R\$ 235,72	R\$ 58.930,00	R\$ 707.160,00
Supmar	R\$ 119,63	R\$ 29.907,50	R\$ 358.890,00
<b>*Marina Astúrias</b>			
	Valor mensal	Valor mensal por pé	Valor médio mensal por pé (Considerando as embarcações atuais da ALF/STS)
Embarcação 48 pés (vaga na água)	R\$ 5.977,00	R\$ 124,52	<b>R\$ 119,92</b>
Embarcação 45 pés (vaga seca)	R\$ 4.955,00	R\$ 110,11	

Cabe ressaltar que o orçamento enviado pela empresa “Marina Astúrias” não adotou o padrão “valor por pé”, mas valor por embarcação. Desse modo foi realizada uma regra de três para a obtenção de um valor médio por pé, da seguinte maneira:

$$\text{Valor médio por pé} = [(2 \times \text{R\$ } 5.977,00) + \text{R\$ } 4.955,00] / 141 = \text{R\$ } 119,92$$

Utilizou-se como parâmetro as embarcações atuais da Alfândega de Santos, que são 2 embarcações de 48 pés (2 x R\$ 5.977,00) e 1 embarcação de 45 pés (R\$ 4.955,00). Desse modo o valor médio por pé ficou em R\$ 119,92.

Embora não seja ideal que o preço de referência seja somente este pesquisado junto aos fornecedores da região, não foi possível obter preços para o serviço a partir de outras fontes (painel de preços, aquisições e contratações similares de outros entes públicos, dados de pesquisas) conforme demonstrado anteriormente.

Dessa forma, o valor estimado será a mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços. Este método foi escolhido para que sejam desconsiderados os valores excessivamente elevados.



<p><b>Descrição do Item:</b> Valor fixo total, por pé, para a prestação de serviços continuados de estacionamento de embarcações pertencentes ou sob responsabilidade da Receita Federal, sendo as vagas disponibilizadas de maneira que as embarcações de patrulha – duas lanchas de 48 pés cada – possam ficar constantemente na água. As demais embarcações (uma lancha de 45 pés, e as que porventura sejam apreendidas pela RFB) poderão ficar estacionadas em terra. .</p>			
Quantidade estimada total de pés: 250 (duzentos e cinquenta)			
	Valor Estimado Mensal Por Pé	Valor Estimado Mensal Total (Valor por Pé x 250)	Valor Estimado Total para 12 meses [(Valor por Pé x 250) x12]
Marina Astúrias*	R\$ 119,92	R\$ 29.980,00	R\$ 359.760,00
Pier 26	R\$ 235,72	R\$ 58.930,00	R\$ 707.160,00
Supmar	R\$ 119,63	R\$ 29.907,50	R\$ 358.890,00
<b>Preço de Referência (MEDIANA)</b>	<b>R\$ 119,92</b>	<b>R\$ 29.980,00</b>	<b>R\$ 359.760,00</b>

Portanto, o preço de referência da contratação é de R\$ 359.760,00 (trezentos e cinquenta e nove mil setecentos e sessenta reais).

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será realizada em item único, e não se aplica o parcelamento do objeto. Conforme mencionado, o valor do estacionamento por pé é único, independentemente do tipo de embarcação. Além disso, a contratação também visa suprir a demanda por estacionamento de embarcações que porventura sejam apreendidas pela RFB, sendo que, para estas, não é possível prever tamanho ou qualquer outra característica que possa impactar de alguma forma no preço do serviço.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Além do serviço de estacionamento (local adequado e seguro para a ancoragem das embarcações) a ser contratado, o pleno desempenho das lanchas e do bote de apoio utilizados nas atividades de vigilância e repressão realizadas pela ALF/STS requer, ainda, serviços de manutenção, os quais são realizados pela empresa Helecape – Serviços Navais Ltda - ME, nos termos do Contrato 05/2019, decorrente do Pregão ALF/STS nº 04/2018, bem como o abastecimento com os combustíveis apropriados, os quais são fornecidos pela empresa Sion Posto de Serviços Ltda., vencedora do Pregão Eletrônico ALF/STS nº 02/2021.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

De acordo com o Plano Estratégico Institucional 2021/23, A Receita Federal do Brasil subsidia o Poder Executivo Federal na formulação das políticas tributária e aduaneira brasileiras, previne e combate à sonegação fiscal, a “lavagem” ou ocultação de bens,

direitos e valores, o contrabando, o descaminho, a contrafação, a pirataria, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o tráfico internacional de armas de fogo e munições e outros ilícitos aduaneiros.

Um dos objetivos estratégicos definidos para o período de 2021-2021 consiste em “ampliar a segurança e agilidade no comércio exterior”: a segurança e a agilidade no comércio exterior são fatores críticos para a prosperidade do país. Em um mundo sujeito às mudanças que vêm ocorrendo no comércio internacional, no fluxo de viajantes e nos crimes transnacionais, é imprescindível o empenho da Instituição em ampliar o investimento em tecnologia, propiciar celeridade no fluxo das importações e exportações, combater os ilícitos internacionais e promover a intensa troca de informações para a proteção da sociedade.

Nesse contexto, inserem-se algumas das Iniciativas Nacionais elencadas no Manual de Execução Orçamentária 2021, como as “Atividades Náuticas” da SUANA, na qual se insere, por sua vez, a contratação do serviço de estacionamento para as embarcações, a que se refere este Estudo Técnico Preliminar.

Frise-se que o valor estimado da contratação está contemplado no Planejamento Anual de Compras de 2021 da ALF/STS:

**Planejamento e Gerenciamento de Contratações**  
MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
SECRETARIA DE GESTÃO

PÁGINA INICIAL > PLANO ANUAL - 2021

**Plano Anual - 2021**

UASG: 170168 - ALFANDEGA DO PORTO DE SANTOS/SP  
Total de itens incluídos no PAC: 44  
Valor total de itens incluídos no PAC: R\$ 16.076.798,90

**Importar dados do SIASG**  
Importe itens contratados em anos anteriores.

**Adicionar item**  
Adicione um novo item para o plano selecionado.

**Gerenciar grupos**  
Realize o agrupamento de itens de mesma natureza, semelhança ou afinidade.

**Localizar** [Clique para expandir](#)

100 resultados por página

Primeiro Anterior 1 Próximo Último

N° do item	Nome do grupo	Tipo item	Descrição	Cod item	Valor total	Data desejada para contratação ou aquisição	Situação	Unidade responsável	Ações
12	INICIATIVAS DA SUANA	Serviço	LOCAÇÃO VAGA ESTACIONAMENTO ATRACADOURO	25429	R\$ 278.210,40	01/01/2021	Incluído no PAC	SEPOL/ALF/STS	<a href="#">Editar</a> <a href="#">Excluir</a> <a href="#">Pesquisar</a> <a href="#">Imprimir</a> <a href="#">Compartilhar</a>
<b>Total:</b>					<b>R\$ 278.210,40</b>				

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros

Primeiro Anterior 1 Próximo Último

Ir para página:  Ir

[Situações](#) [Exportar](#) [Gerar Relatório](#) [Excluir itens selecionados](#) [Reativar itens](#) [Agrupar itens](#) [Trocar Tipo de item](#)  
[Importar Plano](#) [Alterar Und.Resp/E-mail](#)

Além disso, tendo em vista que a contratação ultrapassa o exercício financeiro e é realizada anualmente, já está prevista no Plano Anual 2022:

Planejamento e Gerenciamento de Contratações

MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
SECRETARIA DE GESTÃO

PÁGINA INICIAL > PLANO ANUAL - 2022

UASG: 170168 - ALFANDEGA DO PORTO DE SANTOS/SP  
Total de itens incluídos no PAC: 34  
Valor total de itens incluídos no PAC: R\$ 20.121.199,96

**Plano Anual - 2022**

**Importar dados do SIASG**  
Importe itens contratados em anos anteriores.

**Adicionar Item**  
Adicione um novo item para o plano selecionado.

**Gerenciar grupos**  
Realize o agrupamento de itens de mesma natureza, semelhança ou afinidade.

**Localizar** [Clique para expandir](#)

100 resultados por página

Primeiro Anterior 1 Próximo Último

	Nº do Item	Nome do grupo	Tipo Item	Descrição	Cod Item	Valor total	Data desejada para contratação ou aquisição	Situação	Unidade responsável	Ações
<input type="checkbox"/>	5	Iniciativa Suana	Serviço	LOCACAO VAGA ESTACIONAMENTO ATRACADOURO	25429	R\$ 300.000,00	01/01/2022	Incluído no PAC	ALF STS	<a href="#">Editar</a> <a href="#">Excluir</a> <a href="#">Localizar</a> <a href="#">Configurar</a> <a href="#">Compartilhar</a>
<b>Total:</b>						<b>R\$ 300.000,00</b>				

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros

Primeiro Anterior 1 Próximo Último

Ir para página:  Ir

[Situações](#) [Exportar](#) [Gerar Relatório](#) [Excluir itens selecionados](#) [Reativar Itens](#) [Agrupar Itens](#) [Trocar Tipo de Item](#)

[Importar Plano](#) [Alterar Und.Resp/E-mail](#)

Planejamento e Gerenciamento de Contratações

MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
SECRETARIA DE GESTÃO

PÁGINA INICIAL > PLANO ANUAL - 2022

UASG: 170168 - ALFANDEGA DO PORTO DE SANTOS/SP  
Total de itens incluídos no PAC: 34  
Valor total de itens incluídos no PAC: R\$ 20.121.199,96

**Plano Anual - 2022**

**Importar dados do SIASG**  
Importe itens contratados em anos anteriores.

**Adicionar Item**  
Adicione um novo item para o plano selecionado.

**Gerenciar grupos**  
Realize o agrupamento de itens de mesma natureza, semelhança ou afinidade.

**Localizar** [Clique para expandir](#)

100 resultados por página

Primeiro Anterior 1 Próximo Último

	Nº do Item	Nome do grupo	Tipo Item	Descrição	Cod Item	Valor total	Data desejada para contratação ou aquisição	Situação	Unidade responsável	Ações
<input type="checkbox"/>	5	Iniciativa Suana	Serviço	LOCACAO VAGA ESTACIONAMENTO ATRACADOURO	25429	R\$ 300.000,00	01/01/2022	Incluído no PAC	ALF STS	<a href="#">Editar</a> <a href="#">Excluir</a> <a href="#">Localizar</a> <a href="#">Configurar</a> <a href="#">Compartilhar</a>
<b>Total:</b>						<b>R\$ 300.000,00</b>				

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros

Primeiro Anterior 1 Próximo Último

Ir para página:  Ir

[Situações](#) [Exportar](#) [Gerar Relatório](#) [Excluir itens selecionados](#) [Reativar Itens](#) [Agrupar Itens](#) [Trocar Tipo de Item](#)

[Importar Plano](#) [Alterar Und.Resp/E-mail](#)

### **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Com a contratação de empresa responsável pelo serviço de garageamento para as embarcações da ALF/STS, espera-se o atendimento tempestivo das demandas do Grupo de Operações Especiais Marítimas. A atuação desse Grupo é essencial para a realização de processos de trabalho da RFB relacionados à fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros, como, por exemplo, a realização de ações de repressão ao contrabando e descaminho (realizadas tão somente pela RF ou em parceria com outros órgãos), monitoramento dos Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, das zonas de vigilância aduaneira e das zonas primárias, entre outras.

Também se espera a obtenção da melhor proposta para a contratação dos serviços objeto deste Estudo, os quais deverão ser prestados com qualidade e presteza, de modo colaborativo e ágil para o trabalho da repartição, e de acordo com o detalhamento constante neste Estudo, no Termo de Referência e demais documentos que integrarão o Edital da licitação.

### **14. Providências a serem Adotadas**

Não se vislumbra a necessidade de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada e o serviço prestado.

### **15. Possíveis Impactos Ambientais**

De acordo com a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, “as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas”.

Nesse sentido, foi realizada consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível no endereço <<https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf>> e verificou-se que o objeto pretendido nesta contratação não possui parâmetros de sustentabilidade específicos para serem aplicados no processo licitatório em questão, além do cadastro da marina na CP/DL/AG de sua área de jurisdição, em cumprimento às NORMAM - 03/DPC (1ª Revisão) – Normas da Autoridade Marítima para Amadores, Embarcações de Esporte e /ou Recreio e para Cadastramento e Funcionamento das Marinas, Clubes e Entidades Desportivas Náuticas – aprovadas pela Portaria Nº 120/DPC de 27 de março de 2019.

De acordo com a referida norma, as marinas, clubes e entidades desportivas náuticas deverão ser cadastradas nas Companhia dos Portos/Delegacias/Agências de sua área

de jurisdição, visando à adoção de medidas preventivas para a salvaguarda da vida humana, a segurança da navegação e a prevenção da poluição no mar. Tal exigência pode, então, ser considerada um critério de sustentabilidade.

Além de atender à exigência acima, espera-se que a empresa contratada observe também as seguintes boas práticas de sustentabilidade:

- a) adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
- b) administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- c) conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- d) orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;
- e) cumprir as normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;
- f) assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades.

Por fim, os serviços deverão, ainda, ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

## **16. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **16.1. Justificativa da Viabilidade**

O presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto e atende adequadamente às demandas de negócio formuladas.

## 17. Responsáveis

ALYSSON RIBEIRO LOPES

Analista Tributário / Setor Requisitante

LILIANE GUALBERTO SCALIONI

Analista Tributária / Setor de Licitações